

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**ABREU, João Capistrano de** (Mecejana, estado do Ceará, 1853 - Rio de Janeiro, 1927)

Historiador brasileiro, nascido em 1853 em Mecejana, estado do Ceará e falecido em 1927 na cidade do Rio de Janeiro. Estudou em sua província natal e em Pernambuco, sem realizar o curso superior. Participou em Fortaleza da “Escola Popular”, um empreendimento de inspiração positivista que visava difundir conhecimentos a partir dessa ótica e iniciou-se na crítica literária. Deslocou-se aos 22 anos ao Rio de Janeiro com cartas de recomendação de pessoas influentes de sua terra, inclusive para o já consagrado romancista e político cearense José de Alencar, a quem auxiliara em pesquisas sobre o folclore cearense. Na Corte trabalhou com o livreiro e editor Garnier e lecionou num colégio de prestígio, o Externato Aquino. Em 1879 passou a trabalhar regularmente na imprensa, inicialmente com artigos de crítica literária para a *Gazeta de Notícias* e tornou-se funcionário da Biblioteca Nacional. Nessa condição colaborou no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, monumental mostra de documentos brasileiros, recebendo em agradecimento do governo imperial a comenda de cavaleiro da Ordem da Rosa. Enquanto isso continuava seus estudos de línguas e de história do Brasil. Em 1883 candidatou-se à cátedra de História do Colégio Pedro II, que conquistou mediante concurso no qual se destacou pela originalidade da tese apresentada. Já plenamente inserido na vida intelectual da Corte, foi eleito em 1887 para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A par de seu trabalho docente, dedicou-se também a traduções, como as das obras de Wappoeus, *A terra e o homem*, Selin, *Geografia geral do Brasil* e Kirchhoff, *O homem e a terra*, todas do alemão entre outras. Ao mesmo tempo dedicou-se à edição de textos históricos, como a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, em cujos “Prolegômenos” introduziu autor e obra, publicada em 1889, a *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (Confissões da Bahia)*, publicação de 1922 em tiragem restrita, editada depois, em 1935, pela Sociedade Capistrano de Abreu e as anotações à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, entre outros. A partir de 1899, com a extinção da cátedra de História do Brasil, foi colocado em disponibilidade, passando a dedicar-se inteiramente à pesquisa histórica. Seus temas preferidos foram o descobrimento do Brasil, a expansão territorial, a formação dos grupos sociais e as comunicações entre as diferentes capitanias, além de ter realizado pesquisas etnográficas, inclusive sobre línguas indígenas. Dessas pesquisas resultaram trabalhos publicados em livro, como *O Brasil no século XVI. Estudos. A armada de D. Nuno Manuel* (1880), a tese de concurso, *o Descobrimento do Brasil e*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*seu desenvolvimento no século XVI* (1883) e os *Capítulos de história colonial* (1907). Trabalhos avulsos foram posteriormente publicados em livro: *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1ª. Ed. 1930), *Ensaio e Estudos* (quatro séries, publicadas respectivamente em 1931, 1932, 1938 e 1976) e *Rã-Txã-Hu-Ni-Ku-i; a língua dos Caxinauás do rio Ibucuí, afluente do Muru* (1941). Dedicou-se, sobretudo, ao estudo da problemática colonial, notadamente o século XVI, e poucos de seus artigos versaram sobre o período imperial brasileiro, após 1822, nada produzindo sobre o Brasil republicano. Não obstante seu escasso interesse pelos temas que lhe eram mais próximos cronologicamente deixou uma periodização clássica do apogeu da história imperial, *Fases do Segundo Império*.

A vida intelectual e a obra de Capistrano de Abreu foram marcadas por duas fases nítidas de desenvolvimento. Da juventude até 1883, quando defendeu a tese de concurso, sua opção era decididamente *cientificista*. Recusando, como toda sua geração, a estética romântica e a filosofia eclética que dominou a vida cultural brasileira até fins da década de 1860, teve contatos com o positivismo, em particular na vertente de Littré e nas obras de Taine e Buckle, com Haeckell e com Spencer, cuja versão do evolucionismo adotaria sobretudo no trabalho sobre *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Ao contrário porém da maioria de seus contemporâneos, Capistrano não se filiou a nenhuma doutrina em particular, buscando aplicar a diferentes abordagens de acordo com suas indagações do momento. Esse ecletismo metodológico causou estranheza a muitos e o crítico Valentim Magalhães chegou a acusá-lo de praticar “a poligamia ou poliandria das ideias”. Por esse motivo, é mais preciso considerá-lo nessa fase um adepto do *cientificismo*, na medida que admitia os pressupostos epistemológicos das doutrinas tidas então como científicas, como a raiz comum newtoniana, a busca das leis da natureza, a objetividade do conhecimento científico e a redução do comportamento individual e social do homem a categorias biológicas e físicas. A partir desse fundamento comum, as diferenças metodológicas que se davam em função de perspectivas diversas, como o positivismo e o evolucionismo, não lhe interessavam, pois jamais se adaptou às limitações de uma doutrina e muito menos se revelou adepto sectário delas. Sua preocupação maior nessa fase, como afirmou num texto de 1874 sobre o “a literatura brasileira contemporânea”, era encontrar algumas “leis basilares” da formação brasileira que explicassem a constituição da sociedade e da cultura do país, já que via a esta como instância reatora às condições do meio físico e social. Essa atitude o colocaria em certa posição de marginalidade, num meio em que a vida intelectual se fazia a partir de uma “república das letras”, núcleos doutrinários que por vezes se autodefiniam em “escolas” e até “seitas”. Não obstante o brilho que lhe reconheciam a crítica de Valentim Magalhães correspondia a uma sensação generalizada de estranhamento que acompanhou a recepção social de Capistrano de Abreu por toda a vida.

A tese sobre o descobrimento do Brasil e os contornos da sociedade brasileira no primeiro século era um trabalho *cientificista*, particular embora não exclusivamente, *spenceriano*. Ao longo da década de 1880 e na seguinte porém foi-se evidenciando a Capistrano de Abreu a fragilidade das interpretações com base no



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

determinismo cientificista e na redução da história, da geografia e da antropologia ao *diktat* das ciências naturais. A leitura de autores alemães daquelas áreas e o conhecimento cada vez mais apurado da documentação arquivística, ademais da propensão a negar o espírito doutrinário, levou-o a abandonar as explicações não apenas caracteristicamente positivistas ou spencerianas, como também todo o fundamento cientificista. Tornou-se um autor para quem o primado do objeto firmemente calcado numa leitura exaustiva das fontes substituíria com vantagem na interpretação ao dogmatismo dos que chegavam à história com formulações apriorísticas, que os documentos deveriam tão somente confirmar. A importância atribuída às fontes na interpretação não significa dizer que Capistrano tornou-se apenas mais um erudito a estudar minúcias, como chegou a ser acusado por outro contemporâneo, Silvio Romero, dogmaticamente spenceriano. Continuou interessado nos problemas históricos que elegera como mais significativos para compreender a formação brasileira, mas agora elaborava suas conclusões a partir da base sólida da interpretação. A essa segunda fase, tipicamente *hermenêutica*, correspondem seus trabalhos da plena maturidade, como *Capítulos de História colonial*, livro publicado em 1907. Não se espere, porém, uma profissão de fé teórico-metodológica, como se tornaria praxe das ciências sociais na segunda metade do século XX. Entre a tese cientificista de 1883 e o livro hermenêutico de 1907, medeia uma transição em que esta perspectiva cada vez mais se acentua, sem que o autor sinta necessidade de justificar sua nova posição. Apenas a explicita ao longo da interpretação. E poucas vezes se deu ao trabalho de falar sobre isso mesmo de modo informal, como fez em correspondência particular ao historiador Afonso Taunay, em 1917, ao comentar incidentalmente que “já fui absolutamente spencerista; tenho mudado...”

Se na obra de seu antecessor Francisco Adolfo de Varnhagen o grande personagem foi o Estado, na de Capistrano de Abreu foi a Sociedade brasileira. Interesse que compartilhou com toda a geração cientificista e que aparece nas suas principais figuras, como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Resolvido o problema da reorganização do país após a independência, com a estruturação do Estado e a organização política, essa geração identificou-se, a despeito das diferenças individuais, com os desafios da sociedade: o fim da escravidão, a imigração, a miscigenação e o progresso, conceito mágico que parecia a todos eles a meta síntese. Desse foco na sociedade derivou-se em Capistrano o uso de categorias como consenso, economia natural, economia urbana, patriarcado, “emoção de superioridade” e “emoção de inferioridade”, “sociedade militar e sociedade industrial”, de início por pura influência positivista ou evolucionista, em seguida praticamente naturalizando os conceitos sempre que confirmados à luz da documentação. A estas categorias agregaram-se outras, derivadas do próprio convívio com os documentos, jamais simplesmente criadas por ele: piabirus, bandeiras, entradas, municípios, mesteres, civilização do couro.

O foco privilegiado na sociedade complementava-se com outro aspecto típico da análise histórica de sua época, que logo se modificaria a partir do mundo universitário. Trata-se da sensibilidade para a interação entre fatores históricos e geográficos. Em Capistrano de Abreu ainda se percebe a clara



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

complementaridade entre os dois aspectos, que a abordagem cada vez mais especializada nas universidades europeias e norte-americanas acabaria por tornar estanques, delimitadas por suas respectivas metodologias e pelos limites rígidos impostos às temáticas do tempo e do espaço. A sensibilidade para os condicionamentos geográficos, mas longe de determinismos, fê-lo destacar a posição física de Portugal (“destinava-o à vida marítima”), de São Paulo (“impeliu-a para o sertão”), a existência da caatinga e não de matas favorecendo a expansão do gado nordestino, a segregação de três zonas geopopulacionais na colônia - marinha, mata e sertão ou a constituição do Estado do Maranhão conseqüente às dificuldades de navegação entre Salvador e São Luís, entre muitos outros exemplos. Outros aspectos de natureza antropogeográfica, como denominava, foram a utilização pelos portugueses dos caminhos indígenas, os piabirus e a relevância da ocupação das tribos indígenas nos diferentes territórios. Para esclarecê-la elaborou um clássico quadro da população indígena no Brasil, no qual considerava a distribuição dos troncos tupis e das demais nações, destacando ainda as relações entre aqueles e os caríbas no norte da colônia. Para suas conclusões confrontava os documentos coloniais com as modernas pesquisas etnográficas levadas a cabo, entre outros, pelo general Couto de Magalhães e por seu correspondente Karl Von den Steinen.

A dinâmica espaço-populações foi fundamental em suas interpretações e em conseqüência aparecem os eixos irradiantes da colonização, São Vicente (com a população se expandindo para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), Bahia (expansão para o Piauí e o Maranhão), Pernambuco (expansão para a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) e Maranhão (Amazônia). De todo esse processo via como “a questão mais importante da história pátria” o povoamento da zona entre o rio São Francisco e o rio Parnaíba, que viabilizou a articulação entre o centro-norte e o centro-sul do Brasil. O mesmo raciocínio de inspiração geo-histórica aplicou à colonização de Minas Gerais, vendo como seus eixos irradiadores regionais as regiões de Ouro Preto, Mariana-Sabará, Caeté, Serro e Pitangui-São João D’El Rei. A explicação não cessa na interpretação geográfica: Capistrano considera os aspectos sócio-econômicos e políticos da expansão territorial, pelo que vê a luta pelo território como a questão fundamental da história do Brasil, centralizado nos problemas relativos às sesmarias e à legitimação da posse. Também não lhe passa despercebido, em especial após as leituras econômicas de Gustav Schmoeller, o significado da efetiva ocupação do ecúmeno. A área de influência econômica e social dos engenhos de açúcar e das roças de fumo definia-se no espaço traçado pelos custos dos transportes dos produtos. Fora dos limites deste raio, dizia, vegetava-se na “economia naturista”, problema só corrigido nas regiões em que havia um bom escoamento fluvial ou no litoral. Cabe também ao autor o pioneiro tratamento sistemático das diferenças sociais e econômicas entre as áreas canavieiras e a pecuarista. Nesta a mobilidade social era acentuada não só pela predominância do trabalho livre do vaqueiro, como pela promoção material deste, recebendo em troca de seu trabalho crias de animais que se constituíam em novos rebanhos. A muito diversa dinâmica da região pecuarista fez com que Capistrano traçasse uma das descrições mais vívidas e conhecidas da



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“civilização do couro” :“De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem... as roupas para entrar no mato.”

A diferença entre litoral e interior, marinha e sertão, engenhos e pecuária foi um *leit-motiv* na interpretação de Capistrano, para quem, entretanto estava bem claro que correspondia não apenas a uma distinção geográfica ou econômica, mas a profundas diferenças sociais. Nas colonizações por mar, dizia, havia normalmente escassez de mulheres o que gerava problemas para a constituição da família e para a moralidade, acarretando a segregação da mulher – tema a que voltaria Gilberto Freire – e a falta de amor nos casamentos. Ainda assim via uma distinção entre a família do litoral, que achava “mais livre e harmônica” e a família do interior, autárquica como a fazenda que possuía. De qualquer modo não lhe escaparam a miscigenação, o concubinato e a realidade patriarcal da família colonial, que resumiu numa fórmula igualmente muito conhecida na literatura histórica e sociológica brasileira: “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”.

Ao contrário de outros liberais, como Rui Barbosa ou Silvio Romero, que simpatizavam com a modernização pombalina e tinham clara antipatia pelos jesuítas, o cético e agnóstico Capistrano de Abreu considerava positivamente seu desempenho na história colonial. Concordando com a analogia que Schäffer estabelecera entre calvinismo e jesuitismo, destacava a contribuição econômica, social e educacional da ordem no Brasil, chegando a afirmar que entre os colonos e os jesuítas era claramente por estes. Destacou várias vezes seu papel de “educadores da mocidade, fundadores da linguística americana”. Em correspondência com João Lucio de Azevedo, sublinhou o amor dos inicianos pela terra (“o jesuíta é patriota da terra onde trabalha”), não os percebendo tão cosmopolitas como a análise do historiador português fazia supor. Reconhecia ademais a forte influência do clero no Brasil, herança portuguesa, que moldava a mentalidade colonial e somente seria mais tarde substituída pela mentalidade bacharelesca. A atitude fortemente religiosa da população expressava-se também, como assinalou na recorrência das orações e nas vestimentas do senhor da casa grande, que levava uma quantidade de rosários e relíquias apostos às roupas. Ainda no âmbito das mentalidades em seu primeiro trabalho de importância e ainda no clima cientificista, em 1874, identificou nas relações entre portugueses e luso-brasileiros uma “emoção de superioridade” nos primeiros e uma “emoção de inferioridade” nestes. À medida que avançava a colônia, inverteram-se gradativamente as atitudes. Nos conflitos entre paulistas e emboabas pelo controle das minas no início do século XVIII já via um primeiro esboço dessa transição, em que se afirmava uma identidade local em detrimento de “estrangeiros”, ainda que estes fossem colonos de outras capitanias e não portugueses natos. A literatura do século XVIII com seus temas locais como no “Uruguai” de Basílio da Gama ou no “Caramuru” de Santa Rita Durão, além dos poetas mineiros, representaria outro passo no mesmo sentido. Contudo, somente pela época da independência Capistrano de Abreu admite a inversão



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

total da perspectiva, com a “emoção de superioridade” dos brasileiros sobre os portugueses e a clara afirmação de uma consciência nacional.

Ao tema que lhe valeu a cátedra no Colégio Pedro II, o descobrimento do Brasil, de 1883, voltaria em outras oportunidades. Em 1900, a propósito das comemorações do quarto centenário, em 1905 e em 1908, além das referências nos *Capítulos de História Colonial* e nos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. A tese que praticamente tinha duas partes, uma referente ao próprio descobrimento e outra ao Brasil quinhentista, era ainda expressamente spenceriana, em especial na segunda parte, onde Capistrano articulava as categorias evolucionistas às fontes documentais. O trabalho foi contribuição importante para fixar em definitivo o papel português no descobrimento, descartando o que chamava as pretensões francesas e espanholas. Ainda que se constatasse a prioridade cronológica espanhola em relação a Cabral e descartando a francesa, dizia: “A solução sociológica é diferente; nada devemos aos espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses. Sociologicamente falando, os descobridores foram os portugueses.”

Nos estudos posteriores, entre 1900 e 1908, fixou vários aspectos da expedição do descobrimento e das armadas de 1501 e 1503, que Varnhagen deixara em aberto. Assim, o que a historiografia brasileira tem por assente na matéria é o resultado das primeiras pesquisas de Varnhagen acrescido das retificações e conclusões de Capistrano de Abreu. Descartando a velha polêmica do acaso ou intencionalidade na descoberta como irrelevante, fixou-se em temas ainda controversos à época como o local de chegada, a autenticidade da carta de Caminha ou a presença de Duarte Pacheco Pereira na região. Grande heurista, estabeleceu com rigor e critério as fontes disponíveis e seu uso por sucessivos historiadores. Preocupou-se em suas análises também com o estado do conhecimento geográfico e técnico que os portugueses tinham no momento do descobrimento, como forma de evitar anacronismos, situou a expansão marítima no largo quadro da presença europeia no Atlântico desde a Idade Média e concluiu sobre o papel fundamental de D. João II na retomada do processo que levou os portugueses à Índia e ao descobrimento do Brasil. Para ele, D. Manuel limitou-se a colher os frutos do reinado anterior. Merece destaque sua detalhada análise da carta de Caminha. Após refutar a hipótese de inautenticidade que circulava à época, Capistrano faz o primeiro estudo sobre a estrutura da narrativa, que pontua da seguinte maneira: rápida até o descobrimento; descrição do contato inicial com os indígenas; destaque relativamente menor da missa, embora se valorize a influência de frei Henrique; novas descrições dos indígenas; comparações entre as culturas em confronto. Avalia positivamente o talento narrativo de Caminha e valoriza as informações quantitativas e o elogio da natureza, sublinhando a simpatia e o juízo favorável aos indígenas. A restrição que faz ao texto do escrivão é a ausência de dados sobre astronomia indispensáveis à navegação nas condições existentes e em locais quase desconhecidos.

Constituiu-se também um texto clássico da historiografia colonial o balanço que encerra o livro *Capítulos de história colonial*, intitulado “três séculos depois”. Nele, Capistrano de Abreu vê em 1808 uma ausência de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“espírito nacional e até capitania”, sendo o país caracterizado pela fragmentação num mosaico de diferentes áreas. A situação se inverteria, segundo ele, com a transferência da Corte, razão pela qual sempre teve de D. João VI uma imagem favorável. Em 1808, afirmava, havia “cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém uns aos outros de modo particular – eis em suma a que se reduziu a obra de três séculos”.

Ao longo da vida Capistrano de Abreu esteve em contato com a produção historiográfica e das ciências humanas em geral. Em sua correspondência abundam os registros sobre obras de história, economia, sociologia, antropologia, geografia e psicologia e sua biblioteca pessoal era rica para as circunstâncias do meio. Nos temas de sua eleição e em aspectos metodológicos acompanhava com regularidade o que se publicava - livros e revistas, em inglês, alemão, francês e espanhol, além do contato frequente com Portugal. A despeito da ausência de infraestrutura institucional, representada como observou José Honório Rodrigues pelas instituições universitárias, então limitadas aos cursos isolados das faculdades de direito, medicina e engenharia, Capistrano de Abreu utilizou sistematicamente uma rede de relações de pesquisa que envolvia, além de seus confrades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outros intelectuais residentes no Rio de Janeiro e interlocutores epistolares no Brasil e no exterior. Destes, destaca-se pela intensidade dos contatos e relevância de experiências e opiniões trocadas, o português João Lucio de Azevedo, que vivera por largo tempo no Brasil e tinha vasto conhecimento da documentação colonial.

Embora valorizasse sua misantropia e dissesse em carta a seu amigo Mario de Alencar, filho do escritor, que “felizmente tive alunos, nunca tive discípulos e nunca os cobicei”, a influência de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira foi extremamente significativa. Certamente teve discípulos como Afonso Taunay e sobretudo Rodolfo Garcia, além de ser alvo da admiração dos então jovens interessados em história, como Pedro Calmon e Artur Cezar Ferreira Reis, que o visitavam em sua casa de Botafogo. Além destes, coube a José Honório Rodrigues editar-lhe a *Correspondência* na década de 1950 e as obras completas na década de 1970. Logo após sua morte organizou-se a Sociedade Capistrano de Abreu, destinada a editar a obra esparsa, divulgar seus estudos e premiar novas contribuições à história do Brasil. Sua influência na historiografia brasileira só pode ser comparada à de Varnhagen. Além da diferença de geração e concepção da história, a este coube expor uma visão política e administrativa da história do país, enquanto Capistrano de Abreu valorizou os aspectos sociais e a formação territorial em seu aspecto sociológico. Suas interpretações de temas como entradas e bandeiras, caminhos terrestres e marítimos, integração territorial, articulação marinha-sertão ou presença indígena na formação social do país incorporaram-se definitivamente à historiografia, marcando-a indelevelmente.

Pertenceu apenas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que frequentou ao longo da vida mas não se entusiasmava com a vida acadêmica. Em carta a João Lucio de Azevedo, de 1917 disse que fora

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

instado a ingressar na Academia Brasileira de Letras quando da sua fundação, em 1897, mas recusou, lembrando que “fui inscrito na Academia Humana independente de consulta e já acho excessivo...”

**Bibliografia activa:** *O Brasil no século XVI. Estudos. A armada de D. Nuno Manuel.* Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias, 1880; *O descobrimento do Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976; *Capítulos de história colonial,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976; *Caminhos antigos e povoamento do Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; *Ensaio e Estudos, 1a. série,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; *2ª. Série,* 1976; *3ª. Série,* 1976; *4ª. Série,* 1976; *Rã-Txã-Hu-Ni-Ku-i,* Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1941; *Correspondência de Capistrano de Abreu* (org. de José Honório Rodrigues), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, 3 vols.

**Bibliografia passiva:** AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca,* São Paulo, Alameda, 2006; CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica,* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1969; CARMO, J. A. Pinto do. *Capistrano de Abreu e suas traduções.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1953; GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano. Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si,* Rio de Janeiro, Sete Letras, 2013; MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu: vida e obra do grande historiador,* Fortaleza, Batista Fontinele, 1953; REBELLO, Edgard de Castro. *Capistrano de Abreu e a síntese histórica,* Rio de Janeiro, Livraria, São José, 1956; RODRIGUES, José Honório. *Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira,* *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 221, 1953; SCHWARTZ, Stuart. *A house built on sand: Capistrano de Abreu and the History of Brazil,* in *Capistrano de Abreu, Chapters of Brazil's colonial history,* Nova Iorque, Oxford University Press, 1997; VIANNA, Helio. *Capistrano de Abreu, ensaio biobibliográfico,* Rio de Janeiro, MEC, 1953; WEHLING, Arno. *Capistrano de Abreu e Silvio Romero: um paralelo cientificista,* in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n. 370, 1991; Id., *Capistrano de Abreu, a fase cientificista. A invenção da história, estudos sobre o historicismo.* Rio de Janeiro, UFF-UGF, 2ª. Ed, 2001; Id., *O espaço humanizado, o homem espacializado: Capistrano de Abreu e a formação territorial do Brasil,* in Fabio Almeida de Carvalho e João Kennedy Eugenio, *Interpretações do Brasil,* Rio de Janeiro, E Peppers, 2014.

Arno Wehling



APOIOS:

